

O Comando de Operações Especiais dos Estados Unidos da América¹

Bernardo Wahl Gonçalves de Araújo Jorge²

Resumo: O objeto de estudos do presente trabalho é o Comando de Operações Especiais dos Estados Unidos da América. Antes de se falar sobre o *SOCOM*, é importante fazer uma conceitualização sobre as Forças de Operações Especiais, o que será feito no início de nosso texto. Em seguida, faremos uma reconstrução histórica das FOEs, a partir da Segunda Guerra Mundial, para depois nos atermos ao episódio de resgate de reféns americanos no Irã, evento que culminou em mudanças importantes dentro das Forças Armadas norte-americanas, em especial nas FOEs. Depois, concentraremos-nos na “guerra ao terror”, outro ponto de inflexão aonde o Comando em questão passa a ter maior relevância.

Palavras-chave: Forças de Operações Especiais; FOEs; Forças Especiais; Comando de Operações Especiais dos Estados Unidos; *United States Special Operations Command*; USSOCOM; SOCOM.

Definições Teóricas

A guerra conduz a alguns perigos que exigem esforços físicos e mecânicos, os quais podem acabar sendo as principais causas do conflito. O desgaste se encontra em toda parte e está relacionado com o acaso, levando a fenômenos imprevisíveis. Tais atritos são o que Clausewitz chama de “a fricção na guerra”³. Além das fricções, outra proposição importante apontada pelo general prussiano que nos será útil nestas definições é a superioridade da guerra defensiva em relação à ofensiva, dado que a primeira desfruta de recursos não disponíveis para a segunda⁴.

William McRaven, através de oito estudos-de-caso, desenvolve uma teoria das operações especiais. Para o autor, “uma operação especial é conduzida por forças especialmente treinadas, equipadas e apoiadas para um alvo específico, cuja destruição, eliminação ou resgate (em caso de reféns), é imperativa do ponto de vista político ou militar”⁵. Todas as operações especiais são conduzidas contra posições fortificadas, que refletem situações envolvendo guerra defensiva por parte do inimigo.

¹ Texto preparado para o Primeiro Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa. São Carlos, 19 a 21 de Setembro de 2007.

² Mestrando na área de concentração em Estudos de Paz, Defesa e Segurança Internacional (“Pró-Defesa”) do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Unesp, Unicamp e PUC-SP (“San Tiago Dantas”).

³ Ver Capítulo VII (“A fricção na guerra”) do Livro I (“A natureza da guerra”) do clássico *Da Guerra*.

⁴ Cf. Cap. I (“O que é a guerra?”) do Livro I de *Da Guerra*.

⁵ MCRAVEN, William H. *Spec ops: case studies in special operations warfare theory & practice*. Novato, California: Presidio Press, 1996, p. 2.

Uma operação especial bem-sucedida desafia o conhecimento convencional por meio do uso de uma pequena força de ataque para derrotar um inimigo numericamente superior bem-estabelecido na defensiva. McRaven demonstra que, através do uso de certos princípios da guerra, uma força de operações especiais (FOE) pode reduzir “as fricções da guerra” para um nível administrável. Minimizando tais fricções, a FOE pode alcançar relativa superioridade sobre o inimigo. Uma vez que a superioridade relativa é alcançada, a força de ataque não está mais em desvantagem e tem a iniciativa de explorar a fraqueza do inimigo e garantir a vitória⁶.

As FOEs têm sido definidas por duas correntes principais: a primeira é a dos Comandos, que são forças de elite utilizadas em assaltos, cujo exemplo dentro das Forças Armadas dos EUA, mais especificamente dentro do Exército, são os Rangers. A segunda abordagem é um enfoque mais clandestino, que enfatiza a infiltração e a inteligência, onde se destacam as Forças Especiais (popularmente conhecidas como “Boinas-Verdes” ou auto-denominadas como os “Profissionais Silenciosos”) do Exército estadunidense⁷.

Antecedentes Históricos

As operações de comandos, no sentido de atos de guerra auto-contidos levados a cabo por forças auto-suficientes operando dentro do território inimigo, são tão antigas quanto o próprio fenômeno da guerra. Porém, antes da Segunda Guerra Mundial, eram consideradas pelo pensamento militar ocidental com pertencentes ao fenômeno separado da guerra irregular, algo heterodoxo que seria incompatível com o código de honra típico da profissão militar. Por essa razão, basicamente, as operações de comandos são consideradas como uma inovação da Segunda Grande Guerra⁸.

As Forças Armadas dos Estados Unidos, ao longo da Segunda Guerra Mundial, privilegiaram uma doutrina de guerra de atrito e de logística, não dando muito valor às operações de comandos, de modo que os EUA acabaram não entendendo o conceito e a importância das operações de comandos. Tanto é que, encerrada a guerra, Washington continuou dando mais importância a um tipo de guerra dependente da superioridade de fogo

⁶ O primeiro capítulo do livro *Spec Ops* trata da teoria das operações especiais. Os demais são relacionados aos estudos-de-caso e à conclusão.

⁷ COGAN, Charles G. “Desert One and Its Disorders”. In: *The Journal of Military History*, Vol. 67, No. 1, Jan. 2003, p. 202.

⁸ THOMAS, David. “The Importance of Commando Operations in Modern Warfare 1939-82”. In: *Journal of Contemporary History*, Vol. 18, No. 4, Military History, Oct. 1983, pp. 689-690.

em detrimento da possibilidade da manobra. Apesar da tradição dos EUA desde a época colonial em guerra irregular, suas Forças Armadas nunca entenderam completamente a natureza e o papel das operações de comandos na guerra moderna⁹.

Na Segunda Guerra Mundial, o Exército norte-americano formou unidades de Rangers e o Corpo de Fuzileiros Navais estabeleceu os batalhões Raider. Mas as operações destes foram de pouca importância. Encerrado o conflito, os Rangers foram desmantelados, o OSS (*Office for Strategic Services*) dissolvido e nenhuma atenção sistemática foi dada à guerra de comandos. Na Guerra da Coreia (1950-53), os Rangers foram reativados, mas apenas para tarefas pontuais. Em 1952, as Forças Especiais do Exército foram estabelecidas para lutar guerra não-convencional, que não tinha essencialmente muito a ver com a guerra de comandos. A organização, missão e a relação das FEs com a estrutura regular do Exército refletiu o conceito e a experiência de resistência, guerrilha e guerra psicológica desenvolvida pelo OSS na Segunda Guerra sob a tutela do *British Special Operations Executive*, o braço paramilitar britânico¹⁰.

Quando as Forças Especiais foram enviadas ao Laos e ao Vietnã do Sul nos anos 1960 para conduzir guerra de contra-insurgência, rapidamente se notou que a natureza da guerra nessas áreas demandava que as Forças Especiais adaptassem suas capacidades e o conceito americano de guerra não-convencional para condições um pouco diferentes daquelas para as quais foram preparadas e diferentes daquelas nas quais os comandos lutaram na Segunda Guerra Mundial. As Forças Especiais e outras unidades especializadas subsequentemente enviadas à Indochina foram organizadas e treinadas para lutar guerra não-convencional sob as condições de uma guerra convencional. Na Guerra do Vietnã, tais forças foram forçadas a conduzir operações do tipo comandos contra um inimigo não-convencional em guerra de guerrilha. As Forças Especiais no Vietnã foram as primeiras unidades americanas a realizar operações de comandos no sentido correto. Entretanto, após o amplo envio de tropas de combate de solo para o Vietnã do Sul em 1965, as missões das Forças Especiais foram relegadas ao status de um evento de menos importância pelo Alto Comando americano em Saigon. As unidades de Forças Especiais se tornaram o objeto de dúvida e desconfiança por parte de muitos comandantes americanos. As operações das Forças Especiais eram raramente integradas no nível tático com as missões de unidades regulares das forças de solo dos EUA e

⁹ Idem, diversas passagens

¹⁰ Idem, p. 709.

do Vietnã do Sul. Os Rangers também foram utilizados no Vietnã, mas apenas no nível de divisão como forças táticas para reconhecimento e emboscadas¹¹.

As muitas operações bem-sucedidas conduzidas pelas Forças Especiais no território inimigo na Indochina mostraram o valor militar das operações de comandos. Apesar disso, após a Guerra do Vietnã, as Forças Especiais ficaram em más condições e os Rangers foram desmobilizados e reformados como batalhões de pára-quedistas movidos por helicópteros. O valor de operações de comandos em uma guerra convencional, distintamente da guerra de guerrilha no território controlado pelo inimigo, foi simplesmente ignorada na doutrina do exército americano após a Guerra do Vietnã. Nenhuma importância foi dada na continuação de uma força de comandos permanente, no estilo da britânica e israelense. Não foi à toa o desastre no Irã nos anos 1980. As operações de comandos ainda são vistas como exóticas e pouco importantes no estilo de guerra americano, exceto talvez em casos de guerra de resistência e atividade anti-terrorista¹².

No caso do *stablishment* militar americano, as lições da história das operações de comandos escaparam do entendimento e atenção dos comandantes e estrategistas. Uma razão final é o domínio da tecnologia sobre a estratégia e a doutrina militar ocidentais, que acabou impondo uma nova ortodoxia na condução da guerra, o que acabou por obscurecer a necessidade de manter unidades de estilo mais antigo capazes de forçar o inesperado e o heterodoxo sobre o inimigo na névoa da guerra¹³.

O Resgate de Reféns no Irã¹⁴

O episódio que será recontado a seguir foi escolhido por inúmeras razões. Em primeiro lugar, por ser um momento importante de mudança nas Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos, já que, após *Desert One*, a Comissão Holloway estabelece diretrizes que culminarão no *Goldwater-Nichols Act* e no *Cohen-Nunn Amendment*. Em segundo lugar, a missão no Irã ilustra diversas questões que são importantes para nosso trabalho: mostra erros de avaliação política, problemas de operações conjuntas, como se dá a realização prática de uma operação clandestina, os desacertos nas relações civis-militares, etc.

¹¹ Idem, pp. 709-710.

¹² Idem, p. 710.

¹³ Idem, p. 712.

¹⁴ O raciocínio deste trecho do texto e os fatos históricos são baseados em COGAN.

A crise dos reféns se iniciou em quatro de novembro de 1979, na embaixada estadunidense em Teerã. No dia anterior ao incidente, uma cerimônia homenageou a recém-criada Força Delta, uma pequena unidade multi-tarefa do Exército habilitada em contra-terrorismo (isto é, em levar a cabo missões ofensivas de combate ao terrorismo). Entretanto, a Força Delta não possuía os meios para chegar ao Irã, e muito menos para a aproximação clandestina à embaixada norte-americana. Os Estados Unidos tinham falhas em termos de comando centralizado, de modo que o governo teve de improvisar. Aos poucos, apesar das hesitações do presidente Jimmy Carter, a administração se decidiu favoravelmente a uma operação militar para resgatar os reféns em Teerã. Sem uma declaração de guerra e uma ameaça aberta, Washington colocaria em prática uma operação clandestina praticamente do outro lado do mundo.

A operação, do modo como foi concebida, era complicada e híbrida. A Força Delta pertencia ao Exército. O avião de transporte, um Hércules EC-130, era da Força Aérea. Os helicópteros, modelo RH-53D, competiam à Marinha. Este modelo de helicóptero foi escolhido pela sua capacidade de realizar vôos de longa distância. Entretanto, tais helicópteros deveriam ser pilotados por *Marines* (Fuzileiros Navais), já que os pilotos da Marinha não estavam acostumados a voar longas distâncias sobre terra. Os helicópteros que os *Marines* usavam eram os mesmos, mas um modelo (CH-53) menos avançado, o que se tornaria um dos fatores cruciais no fracasso da operação.

Os helicópteros não eram capazes de voar diretamente do porta-aviões *Nimitz*, localizado no Mar Arábico, até Teerã. Precisariam ser reabastecidos em uma pequena pista de pouso a aproximadamente 965 quilômetros do *Nimitz*. O reabastecimento seria auxiliado por aviões C-130 que partiriam de Omã e levariam os soldados da Força Delta. A área de pouso escolhida pela CIA deveria agüentar o peso dos C-130, alguns deles com o combustível a ser utilizado no reabastecimento. Tal região era chamada de *Desert One*, que depois deu o nome à operação como um todo.

A operação em sua fase preparatória foi chamada de *Rice Bowl* e executada a partir de Washington por um pequeno grupo, a Força-Tarefa Conjunta 1-79, sob as ordens diretas do General David C. Jones, o comandante do Estado-Maior Conjunto. Por razões de segurança e para se manter em segredo, a força-tarefa foi criada de uma maneira *ad hoc*, já que as estruturas existentes do Pentágono não poderiam ser usadas. O chefe da força-tarefa era o General James Vaught, um veterano dos Rangers e das unidades pára-quedistas. Ele estaria localizado em uma base avançada no Egito, para onde seriam levados os reféns. O

comandante no campo era o Coronel James Kyle, um oficial da Força Aérea que pousaria em *Desert One* com os C-130 vindos de Omã. O comandante da Força Delta era o Coronel Charlie Beckwith, um veterano das Forças Especiais na Guerra do Vietnã. O comando dos helicópteros era de responsabilidade do Tenente-Coronel Edward Seiffert, oficial dos Fuzileiros Navais.

A CIA tinha a missão de obter inteligência dentro do Irã, em particular sobre a situação dos reféns e o local exato de sua detenção. Entretanto, um pouco antes do início da operação, as Forças Especiais enviaram o Major Dick Meadows e seus homens à Teerã para verificar as informações da CIA. Isso se deu em parte pela falta de confiança entre os militares e os civis da CIA, um problema que volta à tona com a “guerra ao terror” promovida por Washington após onze de setembro de 2001, quando se militariza a coleta de informações. Mas é um tema que trataremos na próxima seção deste texto.

Em sua fase ativa, a operação foi denominada *Eagle Claw* e colocada em prática no dia 24 de abril de 1980. Problemas com os helicópteros não foram antecipados, embora o Coronel Beckwith tenha pedido que dez, e não oito, estivessem à sua disposição. A estimativa era de que seis helicópteros constituíam o número mínimo necessário para a condução da operação. De acordo com a Marinha, oito era o número máximo que poderia ser colocado no hangar do *Nimitz* sem ter que tirar outros aviões normalmente estacionados lá. Os Estados Unidos tinham outro porta-aviões próximo ao Golfo Pérsico: o *Coral Sea*, elemento-chave para confundir os soviéticos (já que se tratava de uma operação clandestina), que monitoravam os movimentos navais dos EUA na região. Um dia antes do lançamento da operação de resgate, o *Coral Sea* se dirigiu ao Paquistão em alta velocidade. O navio soviético não tinha outra opção senão seguir o mais ativo dos dois porta-aviões, deixando o *Nimitz* livre de monitoramento.

No dia 24 de abril, oito helicópteros levantaram vôo do *Nimitz* em direção à *Desert One*. Em um determinado momento, uma luz de aviso de um dos helicópteros indicou um problema com a pressurização de uma lâmina do rotor. Para o piloto, um fuzileiro naval, tal indicação significava que um acidente iminente era possível e, assim, o helicóptero deveria ser pousado. Entretanto, este helicóptero não era aquele com o qual o *Marine* estava acostumado (CH-53), mas sim o modelo mais avançado da Marinha (RH-53D), que nunca havia se acidentado após tal indicação. O piloto não sabia disso e acabou abandonando o helicóptero em território iraniano, reduzindo o efetivo da operação para sete helicópteros.

Em seguida, os pilotos dos helicópteros foram confrontados com uma severa tempestade de poeira, chamada de *haboob*. Tratava-se de um fenômeno freqüente nesta parte do Irã na primavera. Embora os responsáveis pela previsão do tempo tenham apontado a possibilidade de *haboobs*, este pegou os pilotos de surpresa. Essa falha de comunicações pode ser explicada pelo fato de que, por razões de segurança, os relatórios de previsão do tempo não eram repassados diretamente aos pilotos, mas sim antes filtrados por oficiais de inteligência. O comandante dos helicópteros tinha um rádio que permitia contato com o *Nimitz* com o mínimo de possibilidade de interceptação. Aquele informou a este sobre o *haboob* e recomendou a continuidade da missão. O comandante da força-tarefa, general Vaught, concordou. Tais comunicações não podiam ser ouvidas pelos pilotos nos outros helicópteros. O vôo estava muito difícil para os pilotos, que navegavam visualmente e operavam com o rádio em silêncio, por razões de segurança. Eles não poderiam ganhar mais altitude e sair do *haboob* pelo medo de serem interceptados pelos radares iranianos. Um dos pilotos, desorientado por conta de falha no giroscópio, decidiu voltar.

O número de helicópteros foi reduzido para seis, o mínimo possível. Pousaram em *Desert One*, quando se descobriu uma falha hidráulica em um deles, o que acabou por fazer emergirem diferenças de opinião. Alguns achavam que o helicóptero ainda podia voar. Outros, em particular o Coronel Edward Seiffert, achavam que não e que a operação deveria ser abortada. Os Coronéis Beckwith e Kyle achavam que a operação deveria continuar. Porém, Beckwith acreditava que os pilotos dos helicópteros, traumatizados pela experiência com o *haboob*, não estariam dispostos a seguir em frente. Todavia, Beckwith não queria reduzir sua força para vinte atiradores, o que aconteceria caso a missão tivesse o número de helicópteros reduzido para cinco.

Confrontado com este impasse, o Coronel Kyle só poderia recomendar ao seu superior que a missão fosse abortada. Embora Kyle fosse designado o comandante geral em *Desert One*, na verdade ele não comandava nem os pilotos dos helicópteros, nem o comandante da Força Delta e ambos poderiam vetar qualquer decisão. O único que poderia resolver esta disputa era o General Vaught, o comandante da força-tarefa. Mas ele estava muito longe: no Egito. A recomendação favorável à abortagem foi repassada pelo General Vaught à Casa Branca e ao General Jones, o Comandante do Estado-Maior Conjunto. Zbigniew Brzezinski, conselheiro de segurança nacional de Carter, recomendou ao presidente que a operação continuasse com apenas cinco helicópteros, mas apenas se o Coronel Beckwith concordasse. E tendo recebido uma confirmação telefônica do General Jones dizendo que Beckwith achava

que não seria possível continuar, o presidente Carter deu ordens para abortar a operação. Entretanto, durante a evacuação de Desert One, um dos helicópteros bateu no C-130 e houve uma explosão, matando oito militares. Os feridos foram evacuados, mas os mortos, assim como os helicópteros, foram deixados para trás.

O relatório da Comissão Holloway criticou especialmente a ausência de centralização no planejamento da operação e em particular o número insuficiente de helicópteros, o que foi a causa específica do fracasso. Também atentou para o nível excessivo de segredo empregado pelos responsáveis pela operação, o que impediu uma necessária troca de informações entre os militares dos quatro serviços: Exército, Força Aérea, Marinha e *Marines*. A Comissão Holloway julgou que o preparo para a operação foi adequado, apesar da ausência de um exercício da operação em sua totalidade, o que seria útil operacionalmente (os problemas de comando e controle poderiam ter sido identificados e corrigidos). A Comissão Holloway também notou que, em não utilizar uma força-tarefa existente, o Estado-Maior Conjunto, desde o início, teve de montar um *staff*, selecionar unidades e treinar a força antes de uma capacidade operacional ter sido alcançada. Uma força-tarefa já existente poderia proporcionar uma estrutura operacional e um *expertise* profissional em torno dos quais uma força maior poderia ter sido rapidamente constituída. A Comissão Holloway fez duas recomendações principais: primeiro, a criação de uma força-tarefa para conter o terrorismo, sob as ordens diretas do Estado-Maior Conjunto. Segundo: que deveria ser estabelecido, sob o Estado-Maior Conjunto, um grupo de assessores em operações especiais, constituído de oficiais sêniores tanto da ativa, quanto da reserva, e que tivessem uma competência reconhecida nessa área.

A legislação que seguiu em 1986, isto é, o *Goldwater-Nichols Act*, acompanhado pelo *Cohen-Nunn Act*, culminou em uma grande mudança. O *Goldwater-Nichols* resultou no fim da independência das várias dimensões do serviço militar (Exército, Marinha e Aeronáutica) e fortaleceu o papel do comandante do Estado-Maior Conjunto. A partir de então, a ênfase seria em operações conjuntas. O *Cohen-Nunn Act* tratou da reorganização e da consolidação de todas as FOEs, reagrupadas sob o *United States Special Operations Command (USSOCOM)*. O comandante deste tem sob si todas as FOEs dos EUA e unidades para serem enviadas aos comandantes dos comandos geográficos. Uma vez que tais unidades chegaram ao teatro, elas operam sob as ordens do comandante regional, exceto no caso de certas operações sensíveis que podem ser operadas a partir dos EUA. O comandante do *USSOCOM*, por seu lado, controla a doutrina, o treinamento e o orçamento de todas as FOEs. Mas isso mudará com a

“guerra ao terror”, quando o *USSOCOM* torna-se o comando principal na coordenação dos esforços de guerra.

A “Guerra ao Terror”

Donald H. Rumsfeld, enquanto Secretário de Defesa dos EUA, empenhou-se na promoção de uma “transformação militar”. Para Rumsfeld, a “revolução nos assuntos militares” seria mais do que construir novas armas de alta tecnologia, apesar de que estas também seriam parte da mudança pretendida. Devia-se levar em conta também novas maneiras de pensar e de lutar. A batalha em Mazar-i-Sharif, no Afeganistão, que envolveu forças locais, poder aéreo e forças especiais, foi “transformacional”. O preparo para o futuro demandaria novas formas de pensamento e o desenvolvimento de forças e capacidades que pudessem se adaptar rapidamente aos novos desafios e circunstâncias inesperadas. A habilidade para adaptação seria fundamental em um mundo definido pela surpresa e incerteza. De acordo com Rumsfeld, o desafio norte-americano no novo século é difícil: defender a nação contra o desconhecido, o incerto, o invisível e o inesperado. O Afeganistão demonstrou a necessidade de mais FOEs. As guerras no século XXI demandarão, entre outras coisas, mais operações militares encobertas. A lição do Afeganistão é o trabalho conjunto. Colocar as FEs no solo amplia fortemente a efetividade de uma campanha aérea¹⁵. Essa visão de Rumsfeld o fez trabalhar em prol do Comando de Operações Especiais, que foi designado, em 2004, o comando combatente principal para planejar, sincronizar e executar as operações globais contra as redes “terroristas”.

Referências bibliográficas

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

COGAN, Charles G. “Desert One and Its Disorders”. In: *The Journal of Military History*, Vol. 67, No. 1, Jan. 2003, pp. 201-216.

MCRAVEN, William H. *Spec ops: case studies in special operations warfare theory & practice*. Novato, California: Presidio Press, 1996.

RUMSFELD, Donald H. “Transforming the Military”. In: *Foreign Affairs*, Vol. 81, Iss. 3, May/June 2002, pp. 20-32.

THOMAS, David. “The Importance of Commando Operations in Modern Warfare 1939-82”. In: *Journal of Contemporary History*, Vol. 18, No. 4, Military History, Oct. 1983, pp. 689-717.

¹⁵ RUMSFELD, Donald H. “Transforming the Military”. In: *Foreign Affairs*, Vol. 81, Iss. 3, May/June 2002, diversas passagens.